

humanitas

Vol. LXIV
2012

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

bibliográfica; fala “Das bibliotecas de Lisboa” do domínio público e da sua carência muitas vezes suprida pelas coleções e bibliotecas privadas, concedendo especial atenção às preocupações expressas pelo Marquês de Niza quanto à organização da sua biblioteca.

Neste estudo mereceu especial atenção um capítulo dedicado aos “Livros aconselhados, livros comprados”, dando particular relevo aos “Tratados de Arte Política” e de “Tratados de História”, às “Leituras Espirituais” e aos “Textos Proféticos”. O editor termina esta introdução com a necessária exposição dos “critérios de edição” por ele seguidos, com uma tabela de “Siglas” e com um “Índice das Cartas”.

A somar a todo o interesse do conteúdo deste espólio epistolar, a presente coleção tem o mérito não só de tentar reunir pela primeira vez toda a correspondência epistolar trocada entre D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza, colmatando assim as lacunas próprias de cada uma das edições parcelares dos vários editores anteriores, mas também a importante novidade de apresentar, nesta edição, perto de meia centena de cartas inéditas.

SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO

SERGHIDOU, Anastasia, *Servitude tragique. Esclaves et héros déçus dans la tragédie grecque*, Institut des Sciences et Techniques de l’Antiquité, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2010, 370 pp., ISBN 978-2-84867-279-3.

Reflexão reveladora de grande sensibilidade, muito bem estruturada e assaz perspicaz sobre o universo da escravatura na tragédia grega, *Servitude tragique*, de Anastasia Serghidou, organiza-se em duas partes: a primeira considera, no âmbito de circunstâncias gerais de sujeição e de perda de liberdades, e no plano metafórico, as diversas aceções de ἐλευθερία, δουλεία, ἐλεύθερος e δούλος; e, no plano feminino, a distinção entre as cativas de guerra e as escravas de nascença, as afinidades entre a escravização de uma mulher e a de um território, e as implicações e consequências, para a primeira, da perda de um *oikos* próprio e da chegada a outro alheio. A segunda parte reflete sobre os vários tipos de senhores e de escravos e as diversas relações que entre eles se estabelecem, as múltiplas funções dos escravos, a variedade de discursos servis, o modo como os diferentes olhares traduzem as múltiplas relações de dependência, e as máscaras e os

corpos de senhores e escravos enquanto reflexos do poder ou da perda ou ausência do mesmo.

Dos binómios δουλεία / ἐλευθερία e δοῦλος / ἐλεύθερος, diz, com efeito, a investigadora que se o primeiro conceito de cada um se empregava no âmbito de situações de inferioridade, submissão e exclusão, traduzidas em dependência física, privação de autonomia gestual, de liberdade de movimentos, de percepção e reflexão críticas, de capacidade deliberativa, de perspicácia do olhar e de expressão linguística, a que se viam constrangidos indivíduos de origem escrava ou a quem algum infortúnio privara de liberdade; já o segundo termo de cada um dos referidos binómios, além de, em frases negativas ou em contraponto, se registar nos mesmos contextos do primeiro, ainda presidia ao discurso dotado de sabedoria e capaz de instruir, caracterizava uma condição norteada por ideais cívicos, aristocráticos, comunitários ou de carácter coletivo, se manifestava na capacidade de questionar a qualidade do poder vigente e de se opor ao autoritarismo, era critério de distinção entre cidades gregas subjugadas e livres, e correspondia à libertação de tormentos e males, e do poder maléfico das trevas e da morte, decorrentes de um assassínio.

Embora M. M. Mactoux esclareça, no “Préface”, que «l’objectif n’est pas de déchiffrer le discours de l’esclavage dans les tragédies, ni sa transposition métaphorique dans la stratégie discursive des différents personnages» (9), a verdade é que, em capítulo intitulado “Les mots et les hommes” e tendo, desde logo, em conta o que geralmente sucedia aos heróis vencidos no campo de batalha, não podia S. deixar de aludir à superioridade de Gregos em relação a Persas «qui ont voulu s’imposer par un “asservissement” de l’Hellespont» (28), ao uso, por parte de certas personagens, dos conceitos de δοῦλος e de δούλευμα para caracterizar a sujeição de um indivíduo de condição livre à vontade de outro/a; ao emprego do primeiro dos referidos conceitos no âmbito da obsessão por parte do ser humano de bens materiais, estatuto social e/ou reconhecimento por parte do povo; ou a propósito da dependência do guerreiro relativamente às armas. Em conformidade, porém, com a advertência de M., não alude S., p. ex., a *Hipp.* 424, onde a Fedra eurípidiana diz que, apesar de um espírito eventualmente corajoso, escravo é quem vive com a consciência dos crimes dos pais, embora a investigadora admita que, em processos de escravização efetiva de pessoas livres, se possa proceder a uma desvalorização dos antepassados enquanto garantes de nobreza ancestral.

Entre as implicações subjacentes à escravização de mulheres livres, contam-se o afastamento do *oikos* familiar (cf. cativas troianas de Eurípides),

a simples imobilização do sujeito (cf. Antígona das *Phoenissae* de Eurípides), e a privação do leito nupcial, do contacto com a pátria, e a obrigatoriedade de peregrinar por mar (cf. Andrómaca), a solidariedade entre as cativas e a rainha, agora também cativa e rival de outra rainha em novo *oikos* (cf. *Hecuba* de Eurípides; sobre a rivalidade entre rainha escrava e sua senhora, v. Andrómaca de Eurípides), a perda de solidariedade familiar e de tutela cívica, o desmantelamento do par mãe – filho (cf. Andrómaca de Eurípides), a pobreza, o casamento degradante, a exclusão dos rituais cívicos, a desvalorização do papel de progenitora (cf. afinidades entre a Electra de Eurípides e uma escrava). Esta secção é bem reveladora da criteriosa seleção de exemplos que acompanha a reflexão de S.

Além do paralelo entre a escravização de uma mulher e a conquista de um território (cf. uso dos termos *doriktetos*, *aichmalotos* e *dourialotos*), regista S. o que se estabelece entre a dissimetria social subjacente à relação senhor / escravo e a superioridade social, política e cultural dos Gregos – que, no âmbito de uma política segregacionista, não deixam de reconhecer o interesse público e privado da escravatura, a importância do escravo enquanto elo de ligação entre as várias gerações dentro do *oikos* – relativamente a bárbaros que maltratam os escravos (cf. Arauto que representa os Egipcíadas nas *Supplices* de Ésquilo ou o Arauto dos *Heraclidae* de Eurípides) e se deixam dominar por emoções e intuições (cf. Cassandra e Medeia), pela opulência e voluptuosidade, pela ousadia de julgarem os deuses (cf. Páris em *IA* 71-4, e Helena em *Troades* 991-7).

Importa, no entanto, ter presente que, em contraste com uma Medeia senequiana que no acto I se exhibe em fase avançada do seu *affectus*, inicia Eurípides a sua *Medea* com a Ama no *logeion*, e, deste modo, logra fazer recair sobre Jasão o odioso de toda a situação e resguardar, de juízos menos favoráveis do público, uma estrangeira que revela um completo domínio da razão no modo como conquista a simpatia do Coro de mulheres gregas e do público, na frieza e no calculismo com que dialoga com Egeu e, pela segunda vez, com Jasão, e nas dúvidas que suscita no público quanto ao momento em que se torna fria e inumana.

Considerada a personagem efeminada do Frígio, que funciona como duplo de Orestes e de Electra, e, deste modo, põe em contacto polaridades inerentes ao masculino e ao feminino, ao bárbaro e ao grego, e ao gineceu e ao espaço público, passa S. a refletir sobre as afinidades entre quem exerce o poder político, quem exerce o doméstico e quem exerce o religioso, e, depois de notar a dimensão ética e pessoal dos conceitos de tirania e de

tirano, que se podem traduzir em insolência, solidão, desrespeito pelos deuses, transgressão da *dike*, desprezo pelos amigos e/ou indiferença relativamente ao povo, que tornam inativos os membros da *polis* ou do *oikos* (cf. assassinio de Agamémnon ou situação de Electra em Ésquilo), que põem em causa a integridade física de subjugados ou dependentes (cf. Lico em Eurípidés, *HF* 251); e após definir, em termos de brandura, de carisma, de ausência de violência, de presença de restrição, de distância hierárquica, de reverência, respeito e compaixão mútuos, a relação entre *despotai* e escravos, que é do tipo da que se estabelece entre deuses e homens e se pode traduzir no recurso aos conceitos de *anax* e *basileus* – conclui que se os senhores políticos são, para os trágicos gregos, os modelos do mando, os escravos domésticos constituem os da sujeição.

Com base na intransigência do Arauto dos Egipcíadas, na iniquidade, violência e descaramento de Egisto e nas conseqüências de tal comportamento na Ama de Ésquilo, *Coephorí* (cf. Ama da *Medea* de Eurípidés), no facto de, aos olhos de Electra, Clitemnestra deixar de ser mãe e passar a ser *despotes*, sustenta S. que se verifica uma inversão heroica na capacidade do escravo de oferecer ao senhor um “serviço”, de por ele sentir compaixão, devoção, ternura e amizade, de o complementar e o apoiar no seu infortúnio, de com ele formar um par unificado que enfrenta os problemas internos da morada comum.

Embora não reconheça autonomia ou dimensão simbólica a atos-testemunhas, aos de reprovação, aos reveladores de segredos autónomos, aos confirmadores de atitudes lisonjeiras, e, ao cabo, a todos os de transmissão que se encontram isentos de reflexão própria, não deixa S. de suspeitar nos últimos uma cooperação, uma prestação, uma gratuidade e uma preciosidade, que definem uma civilidade marcada pela necessidade (*χρεία*), pelo valor (*ἄξία*) e pela graça (*χάρις*). Os serviços do escravo ao senhor devem, então, inscrever-se no âmbito de uma complementaridade recíproca definida pelas normas da troca-dom e da obrigação moral que a distinguem de uma simples subordinação.

Apesar de a inquietude, a compaixão e a solicitude pautarem a assistência moral, psicológica, nutricional, educativa e factual das Amas às respetivas senhoras, e, por conseguinte, conferirem certa autonomia à ação de certos serviçais, não deixa S. de notar que a atitude da Ama do *Hippolytus* de Eurípidés, centrada no agir e na revelação dos sentimentos de Fedra, não só põe em causa a fidelidade e a benevolência na prestação de apoio da primeira à segunda, como também a torna contrastante com a

Ama da *Medea*, que se define por certa passividade, pelo olhar observador e inquieto, pelo sofrimento e amargor. Muitos são os traços da Ama que se podem encontrar na Electra da peça homónima de Sófocles, que, socialmente excluída, sem esposo ou independência alimentar, faz de Orestes o seu senhor e assegura a descendência de Agamémnon.

Quer nas secções consideradas, quer quando reflete sobre o *ponos* associado à prestação do escravo, ou sobre a incompatibilidade entre, por um lado, as ameaças, a violência e a traição, e, por outro, o mérito e a alegria na atitude escrava (cf. *Ônfale*, Hércules e Eurito); ou sobre os trabalhos servis (serviços domésticos, cuidados educativos, acompanhamento militar); ou, mercê da própria condição do escravo e das convenções cénicas, sobre as funções de mediação entre o passado e o presente, entre o interior e o exterior do palácio, entre a vida e a morte, ou de transporte de mensagens, cadáveres e utensílios militares, venatórios e rituais; sobre os espaços limítrofes que ocupam e as tarefas domésticas que realizam e as pessoas livres temem ter de vir a levar a cabo; sobre as palavras ponderadas de algumas amas e dos pedagogos – o que S. faz é precisar os contornos de uma personagem que parece oscilar entre a ausência de *êthos* e a presença de ‘carater(ização)’ que, de acordo com *Po.* 6.1450b8ss., ‘é aquilo que revela qual a decisão’ (trad. Valente em ed. Gulbenkian); motiva uma ação que, reciprocamente e sobretudo, contribui para o moldar; e, segundo 15.1454a20 e em obediência a uma ética social e pública grega, se deve caracterizar, entre outras coisas, pela bondade que se pode encontrar em todos os tipos de personagem, inclusivamente na mulher e no escravo, embora admita o Estagirita a possibilidade de a primeira ser um ente inferior e o segundo inteiramente vil (cf. *Rh.* 2.12-14, 3.7.6-7, *Pol.* 1.12-13, Horácio, *Ars* 114-18 e 156ss.), e de certos indivíduos caírem imerecidamente em semelhante condição (cf. Eumeu da *Odyssea*).

A referência ao discurso inflamado da personagem que, na assembleia argiva do *Orestes*, incita o povo à violência e constitui um bom exemplo de *parresia* negativa não pode deixar de trazer à memória a intervenção impudente de Tersites, cuja imoralidade, de acordo com Homero, *Il.* 2.212ss., se reflete na deformidade física. Intimamente relacionado com este tema, anda, no âmbito do que S. designa de “culture somatique” (307), a diferença entre a caracterização física do herói, cujo corpo é fonte de resistência, graça, harmonia, e meio de comunicação e, muitas vezes pela morte, de conquista da glória no campo de batalha; e a caracterização do escravo, que reflete decadência e desintegração física, um aspeto andrajoso, fadiga,

isolamento, recolhimento em casa e, na guerra, profundo receio de morrer e indiferença perante a valorização social da morte no campo de batalha. Que este tópico trágico reflete a ideia que na sociedade ateniense do séc. V corria sobre o escravo, é o que se parece poder depreender da legislação, atribuída a Sólon (Ésquines, *Contra Timarco* 1.138-139), que proibia o escravo de se exercitar ou lutar nos *gymnasia*.

Embora me pareça que um diálogo do texto trágico com o contexto histórico-social e com o intertexto – eventualmente até com o cómico, mas, como se viu, não só –, e que um bom *index locorum* pudessem enriquecer o trabalho, a verdade é que a análise de S. revela uma notável sensibilidade ao tema e critério na seleção de exemplos, e lança nova luz não só sobre o comportamento de personagens servis, mas também sobre o das de condição livre que com elas interagem e/ou que como elas se comportam.

PAULO SÉRGIO FERREIRA

SOARES, C.; FIALHO, M.C.; MORÁN, M.C.A; MONTIEL, R.M.I (Org.).
Norma & Transgressão II. Coimbra: Imprensa da UC, 2011.

Norma & Transgressão é uma coletânea de artigos organizada pelas professoras Carmem Soares, Maria do Céu Fialho, María Consuelo A. Morán e Rosa María I. Montiel, resultante do Colóquio Internacional homônimo ao título do volume realizado em 2008 e promovido pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos e pelo Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra, com a colaboração da Universidade de Múrcia. Os artigos da coletânea propõem uma discussão acerca das variadas formas como as sociedades vivenciam as suas experiências de regulamentação de suas normas e, ao mesmo tempo, de como subvertê-las. Porém, a transgressão implica um outro processo, qual seja, aquele da sua inserção na realidade social, permitindo a criação de uma nova dinâmica de identidade.

A obra em questão possui dezesseis artigos escritos por especialistas em variadas temáticas e temporalidades, de diversas universidades portuguesas e internacionais, se caracterizando pela opção por uma abordagem interdisciplinar. A relação entre norma e transgressão é analisada pelos autores a partir de cinco grandes eixos temáticos, a saber: História da Antiguidade Clássica, Os Clássicos e a sua recepção: Contributos para